

Credor acha inflação problema mais grave

CORREIO BRAZILIENSE 01 DEZ 1988

GUILHERME SOARES
Enviado Especial

São Paulo — A crise da dívida externa pode durar mais cinco anos no Brasil. O maior problema brasileiro, no entanto, é a inflação, que atingiu 26,92 por cento em novembro. A avaliação é do presidente do Lloyds Bank inglês, Sir Jeremy Morse, ao encerrar ontem uma visita de cinco dias ao País. É preciso recuperar a confiança interna na moeda antes de resgatar a credibilidade no exterior, recebeu o banqueiro, em entrevista coletiva.

Sob outro nome, o Lloyds está desde 1862 no Brasil, onde é associado ao grupo London Multiplic. É credor de 1,4 bilhão de dólares e, este ano, converteu 80 milhões de dólares, quantia usada para capitalizar tanto o banco comercial do Lloyds quanto o London Multiplic. É a sétima vez que Jeremy Morse veio ao Brasil. "Estou mais pessimista do que das outras vezes", admitiu ele.

ESTADO

"Vejo mais incerteza do que no passado. Normalmente, sentia dinamismo na economia. Agora isso está amortecido. O assunto das primeiras páginas dos jornais é sempre inflação", afirmou o chairman do Lloyds. Jeremy Morse acha marcante, no Brasil, a presença do Estado, que controla mais de 60 por cento da economia. Ele insistiu, por três vezes, em dizer que o problema interno é mais grave do que o externo.

Jeremy Morse acredita que não basta controlar o déficit público, como está em discussão. "É preciso reduzir o tamanho do Estado", uma tendência que considera mundial, que vai



Morse preside o Lloyds

dos países europeus até mesmo aos socialistas. O clima atual, entretanto, é desencorajador a bancos que são credores mas não operam diretamente no País.

Em sua visita ao Brasil, Morse passou pelo Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Em Brasília, esteve com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. O ministro disse que está estudando a redução do impacto da conversão de dívida externa em investimento, porque a emissão de cruzados em troca dos dólares pressiona a inflação. Outra hipótese é a suspensão do **relending** (reempréstimo de dólares já depositados no Banco Central), mecanismo que traria o mesmo problema e que deveria voltar a funcionar no próximo ano, segundo o acordo feito pelo Brasil com os bancos credores. Se um dos dois tiver que ser suspenso, Morse prefere a

manutenção da conversão.

REVISÃO

A possibilidade de o Brasil voltar à mesa de negociações com os credores para rever o acordo da dívida externa firmado em setembro é vista com reservas por Jeremy Morse. "Não estou surpreso de ouvir que há gente falando que o acordo não é bom para o Brasil. Isso sempre acontece. Mas o acordo é justo para os dois lados", afirmou, ao prever que a iniciativa, se tomada, não vai ser bem recebida, principalmente pela maior parte dos 500 bancos credores que não conhece tanto a situação brasileira.

Os bancos, argumenta o presidente do Lloyds, já deram sua cota de sacrifício, quando aumentaram suas reservas de provisão para arcar com possíveis inadimplências dos devedores. Também cristalizam seu prejuízo quando vendem seus títulos de dívida no mercado secundário, com desconto (deságio), ou participam diretamente das operações de conversão. Outra hipótese é a de aceitarem a suspensão de conversão ou do **relending**. A estratégia do Lloyds é permanecer no Brasil, para "colher frutos" depois que a crise passar.

Para reverter a atual posição de exportador de capitais, Jeremy Morse afirma que o Brasil deve ajustar-se internamente, reduzindo a inflação. Dentro desse cenário, será possível obter novas linhas de financiamento ao comércio exterior, receber dinheiro das agências oficiais para projetos de desenvolvimento e ressuscitar o investimento direto das grandes corporações no País.